

Violência sexual na USP: mito, exagero ou realidade?, por Eva Blay

Consideremos algumas situações: você está em uma festa entre estudantes, no campus, e um colega tenta te beijar à força? Isso é uma violência sexual? Complicado responder afirmativamente sem titubear, concordo. Então consideremos outra situação: alguém, sem que você manifeste que queira, toca em áreas íntimas do seu corpo. E aí? É uma violência sexual? Pode-se continuar com alguma dificuldade em qualificar. Então vamos a uma terceira situação: alguém forçou você a ter relação sexual, realizar penetração de pênis, de dedos ou objetos em seu ânus ou vagina ou ainda forçou você a ter uma relação sexual de natureza oral. Isso é uma violência sexual?

Essas perguntas foram feitas na pesquisa Interações na USP, realizada pelo Escritório USP Mulheres, por meio de um questionário *online* e sigiloso enviado a todo o corpo discente de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo, matriculado no segundo semestre de 2017.

Considerando apenas a última questão acima, em que se explicita “alguém forçou você a ter uma relação sexual” desde que você entrou na USP, o resultado foi o seguinte: de um total de 8.836 respondentes, 1% respondeu afirmativamente. Isso significa que cerca de 88 estudantes (autoidentificados como do gênero feminino ou não-binário) sofreram esse tipo de violência sexual. O nome dessa forma de violência é estupro.

É a primeira vez que temos dados concretos resultados de pesquisa para fatos dessa natureza na USP. A violência sexual contra universitárias/os sabidamente é uma violência traumática que ocorre no Brasil e nas outras universidades do mundo. Jovens do gênero feminino, masculino ou de outras definições sexuais, de diferentes etnias e condições socioeconômicas. infelizmente estão sujeitos a essa violência.

Os efeitos são desastrosos, podem marcar a vida da pessoa, comprometer sua estabilidade emocional, suas relações afetivas, seus planos futuros e sua trajetória acadêmica na universidade. Carreiras ficam paralisadas, são interrompidas ou abandonadas precocemente.

Vivemos em uma sociedade em que ainda se valorizam as 'conquistas sexuais'. Sociedade na qual o homem heterossexual se jacta de sua masculinidade medida pelo número de mulheres que consegue 'dominar' sexualmente. E na qual a mulher é tida como sua propriedade, um bem sexual até a morte. Não por acaso matam aquelas que ousam se libertar de um namorado, noivo ou marido. E não é diferente na universidade: aqui dominam, perseguem e desqualificam aquelas que denunciam.

A universidade precisa se conscientizar de que seu papel é mostrar à sociedade que a palavra da mulher não pode ser desqualificada como historicamente tem sido, e não apenas no campo da violência sexual. Forçar uma mulher a uma relação sexual - contra sua vontade - é um comportamento que viola as relações entre as pessoas.

No âmbito acadêmico, não se trata de prender o acusado, mas de mostrar aos estudantes, funcionários e professores que novos valores regem a convivência universitária. E que as diversas formas de violência não serão toleradas. O modelo a ser criado nas universidades deve se expandir para todas as escolas.

Há 50 anos a universidade brasileira repelia o tema 'mulher' em seus cursos. A invisibilidade feminina era tão atroz que docentes e alunos/as não enxergavam a violência de gênero e a desigualdade. O trabalho produtivo das mulheres, assim como o reprodutivo, não tinha valor. O que se passava entre quatro paredes não cabia ao poder público. Portanto, matar, estuprar e violentar ficava restrito ao sagrado recinto do lar até quando o lar deixou de ser sagrado. As paredes caíram porque as mulheres com coragem foram a público denunciar. A sociedade contemporânea exige novas normas e comportamentos em que o patriarca seja substituído por homens e mulheres educados em uma cultura democrática e igualitária, em que de fato vigorem os direitos humanos para todos e para todas.



Queremos superar esse passado patriarcal transformando juntos esses paradigmas.

Agradeço a colaboração da psicóloga dra. Prislaine Krodi dos Santos

***Eva Alterman Blay** é professora titular sênior do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo e coordenadora do Escritório USP Mulheres.*

Debate 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile - São Paulo/SP, 09/06/2017

O Grupo USP Mulheres convida para a apresentação do livro “50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile” que será realizado no dia 09 de junho, sexta-feira na FFLCH, USP [prédio de sociais] - sala 14. O lançamento será seguido por uma mesa de debate com as autoras, e o livro poderá ser adquirido no dia.

Para saber mais sobre o projeto: Nos últimos cinquenta anos, o movimento feminista na América Latina conduziu uma mudança cultural visível no trabalho, na educação, na estrutura familiar, na política e no uso dos meios de comunicação. Em particular, os movimentos de mulheres brasileiras, argentinas e chilenas, historicamente articuladas em múltiplas formas de associativismo, hoje são capazes de influenciar a implementação de políticas

de promoção de direitos civis e sociais. Brasil, Argentina e Chile atravessaram etapas sociopolíticas paralelas - ora de avanço, ora de recuo - e iniciaram o século XXI com a eleição de mulheres para a presidência da República. Esta coletânea é resultado das primeiras reflexões de uma pesquisa iniciada em 2012, que tem a participação de acadêmicas, estudantes de graduação e pós-graduação, militantes feministas e promotores de políticas públicas voltadas às mulheres, com o objetivo de comparar os processos de transformação da condição de gênero nesses três países.

Para certificado, inscreva-se: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdZp0lhOowd7sbBgexokyYLSz8gLStsGTd6Lp1h9IZbfbv-QeA/viewform>

Debate:

50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile

9/6- sexta
16h
Sala 14

Prédio de Filosofia e Ciências Sociais

Composição da mesa: Eva Alterman Blay (USP)
Patricia Rangel (Freie Universität Berlin/ USP)
Patricia Muñoz Cabrera (USP)
Paula Yone Stroh (UFAL)
Renata Gonçalves (Unifesp)
Mediação: Jéssica Melo (Unifesp)



Apoio: FAPESP, EDUSP e o Departamento de Sociologia (USP)

Nos últimos cinquenta anos, o movimento feminista na América Latina conduziu uma mudança cultural visível no trabalho, na educação, na estrutura familiar, na política e no uso dos meios de comunicação. Em particular, os movimentos de mulheres brasileiras, argentinas e chilenas, historicamente articuladas em múltiplas formas de associativismo, hoje são capazes de influenciar a implementação de políticas de promoção de direitos civis e sociais. Brasil, Argentina e Chile atravessaram etapas sociopolíticas paralelas – ora de avanço, ora de recuo – e iniciaram o século XXI com a eleição de mulheres para a presidência da República. O debate, oriundo sobretudo do livro *50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile* (Edusp, 2017) organizado pelas professoras Eva Blay (USP) e Lucia Avelar (Unicamp), será resultado das reflexões de uma pesquisa iniciada em 2012, que teve a participação de acadêmicas, estudantes de graduação e pós-graduação, militantes feministas e promotores de políticas públicas voltadas às mulheres, com o objetivo de comparar os processos de transformação da condição de gênero nesses três países.

Para mais informações: <https://www.facebook.com/50anos>

USP lança cartilha com orientações para enfrentamento de casos de discriminação, assédio e violência

Aplicativo de segurança, coletivos feministas, Guarda Universitária, rede de professoras, além dos espaços oficiais de apoio: são vários os caminhos por onde a comunidade USP pode buscar orientação e ajuda em relação a violência de gênero. Essas informações foram reunidas pelo [USP Mulheres](#) em uma cartilha, [disponível pela internet](#) a qualquer interessado.

[\(Jornal da USP, 24/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

A publicação traz orientações gerais para enfrentar situações de discriminação, assédio e violência contra as mulheres e de gênero nos campi da USP em São Paulo - Butantã, Quadrilátero Saúde/Direito e USP Leste. Além de informar sobre os vários tipos de violência e esclarecer os passos para registrar uma denúncia, a cartilha traz endereços e contatos das comissões responsáveis pelos casos nas unidades e de órgãos institucionais.

A realização da cartilha é do USP Mulheres em parceria com a Rede Não Cala USP e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP. O material é uma versão adaptada da Cartilha da Comissão para Apurar Denúncias de Violência contra as Mulheres e Gêneros do campus da USP de Ribeirão Preto, de fevereiro de 2017.



Para USP Mulheres, questões sobre gênero devem ser debatidas em aula

Pensar em maneiras de inserir o tema na grade curricular dos alunos da Universidade ainda é um grande desafio

Igualdade de gêneros dentro da Universidade. Qual tipo de projeto pode ajudar a atingir esse objetivo? Para o Escritório USP Mulheres, uma proposta é incluir o tema na grade curricular dos estudantes. O desafio será mobilizar os gestores da Universidade para implementar uma disciplina para discutir gênero na vida acadêmica.

[\(Jornal da USP, 30/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“O gênero é a uma construção social, histórica e dinâmica que envolve mulheres, homens e transgêneros, e temos que introduzir a discussão do

gênero na Universidade”, disse a professora Eva Blay, coordenadora do Escritório USP Mulheres - programa criado pela ONU e integrado à Universidade dentro do movimento HeForShe.

Como introduzir o debate sobre gênero na grade curricular dos alunos da USP ainda não possui uma resolução definitiva, mas o escritório busca maneiras de implementá-lo e conta com a mobilização de toda a comunidade universitária para isso.

A proposta foi apresentada pela professora Eva em reunião, no último dia 28 de março, na sede do USP Mulheres. Na semana anterior, ela participou do Impact University Champions Steering Committee, evento bianual do HeForShe que, este ano, foi realizado na Universidade de Leicester, no Reino Unido, no qual representantes das universidades, empresas e governos integrantes do projeto discutiram sobre os compromissos assumidos, bem como sobre suas respectivas prioridades para o futuro.

De acordo com Eva Blay, no que diz respeito às universidades, cada uma localizou seus principais problemas e apresentou suas próprias peculiaridades, embora a violência contra a mulher seja um mal comum entre todas.

Nesse sentido, uma das ações das instituições foram os ideathons, sessões de criação e desenvolvimento de soluções, voltadas, nesse caso, para a promoção da igualdade de gênero e o fim da violência contra a mulher. Na USP, a ideia resultou em dois grandes vídeos: um da Escola Politécnica (Poli), que denuncia casos de assédio e violência dentro da USP, e outro da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP).

Desde 2015, a USP é uma das dez universidades que integram o Impacto 10x10x10, projeto criado dentro do movimento HeForShe que visa a envolver, além de dez universidades, dez governos e dez empresas do mundo todo no combate à desigualdade de gênero e à violência contra a mulher.

O HeForShe busca incluir o homem na discussão pela igualdade de gênero. “A ideia é trazer o homem para colaborar, solidariamente, na relação com as mulheres”, afirma Eva. “Se você consegue criar uma relação harmoniosa,

sem subordinação, você consegue mais bem-estar para cada um.”

Ações Escritório USP Mulheres

Sediado na Cidade Universitária, em São Paulo, o Escritório USP Mulheres é responsável pela coordenação do relacionamento entre a Administração da Universidade e a comunidade universitária e pela proposição e implementação de iniciativas e projetos voltados para a igualdade de gêneros.

Entre as iniciativas está a realização do Dia Internacional das Mulheres com Arte neste ano, com uma série de atividades culturais promovidas em todos os campi da Universidade e parceria da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e das unidades de ensino e pesquisa da USP.

Há ainda a campanha USP Mulheres - Elas sempre podem, cuja divulgação foi feita em todos os campi da USP, com cartazes afixados nas unidades de ensino e pesquisa da Universidade, em totens e outdoors nas partes externas, e postais entregues à comunidade interna.

Além disso, o Escritório USP Mulheres, com apoio da Rede Não Cala USP, realizou oficinas de treinamento com assistentes sociais da Universidade, com o objetivo de sensibilizar e capacitar os profissionais para o acolhimento de vítimas de violência sexual e de gênero ocorrida no âmbito da vida universitária. Também foi promovido o debate Dez anos da Lei Maria da Penha - Avanços e Desafios na USP, para apresentar e discutir os aspectos legais, os serviços e as consequências da aplicação da lei.

A partir de 2015, a Comissão de Direitos Humanos da USP passou a acompanhar denúncias de casos de violência ocorridos no âmbito dos campi da Universidade, recomendando procedimentos à Reitoria, quando necessário.

E ainda está sendo implementado um centro de referência com atenção médica, legal e psicológica, desenhado por estudantes e docentes da Universidade, e está em andamento uma pesquisa sobre direitos humanos feita com a colaboração de alunas e alunos de vários coletivos da USP.

Por Marcella Affonso

Com informações da Assessoria de Imprensa da USP

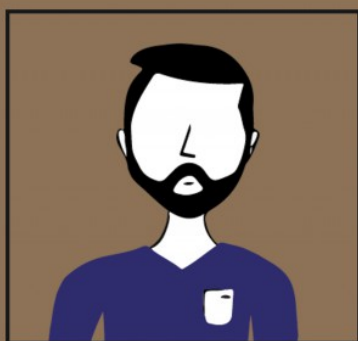
USP Mulheres trata Lei Maria da Penha

(Jornal do Campus, 19/08/2016) Para avançar na Universidade, a Lei Maria da Penha precisa de maior conscientização de alunos, professores e funcionários, segundo o Escritório USP Mulheres. A legislação, que completa dez anos neste mês, é a primeira norma de combate à violência doméstica no Brasil, mas ainda sofre com particularidades do meio acadêmico.

Segundo a assessora do Escritório, Vera Soares, uma das diferenças entre o ambiente universitário e a sociedade em geral é a relação de proximidade. O fenômeno, caracterizado pelo vínculo dos próprios estudantes e entre alunas e professores, torna a violência contra a mulher ainda mais frequente. “Trata-se de conscientizar para trazer à tona a dimensão dessa relação”, diz Soares.

Um levantamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), feito com base nos dados de 2011 do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan), mostrou que 70% dos estupros são cometidos por pessoas próximas à vítima. No ambiente universitário, 28% das alunas já sofreram violência sexual — como estupro, tentativa de abuso sob efeito de álcool ou toques sem consentimento —, de acordo com pesquisa do Instituto Data Popular.

ENTRE ESTUDANTES HOMENS:



- **27%** não consideram violência abusar da garota se ela estiver alcoolizada
- **35%** não consideram violência coagir uma mulher a participar de atividades degradantes como desfiles e leilões
- **31%** não consideram violência repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização

Fonte: Fonte: Data Popular/Instituto Avon, 2015

“Tem sido uma novidade para todos de que muitas das violações que existem na Universidade em relação às mulheres podem ser enquadradas na Lei Maria da Penha”, afirma Soares. “A proposta de ação é, primeiro, conhecer a lei; segundo, sensibilizar as pessoas. Para isso, pensamos na educação”.

Formas de avanço

O Escritório USP Mulheres tem planejado diferentes campanhas de sensibilização. Em junho, assistentes sociais da Superintendência de Assistência Social (SAS) de todos os *campi* foram treinadas para lidar com o acolhimento das vítimas. Agora, o treinamento deverá ser estendido também para as equipes de segurança e portarias da USP.

Novas ouvidorias e comissões de direitos humanos para cada unidade de ensino já foram propostas pela Reitoria aos dirigentes da Universidade. Depois de institutos como o de Química, a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) implementou em março deste ano um órgão de prevenção à violência.

As ações dos coletivos feministas também são considerados um importante avanço na conscientização sobre a Lei Maria da Penha. De acordo com Soares, os grupos ajudam a reconhecer que a violência contra a mulher não é um problema particular, mas um dilema público de violação aos direitos humanos. “Tem até o ditado antigo que dizia que ‘na briga de marido e

mulher não se mete a colher’. Foi um grande trabalho dos movimentos tipificar essa violência e exigir políticas públicas”.

Para a aluna da FFLCH e ex diretora do Centro Acadêmico da História, Gisele Tronquini, os coletivos transformaram o silêncio em troca de experiências, que comprovam um problema estrutural. “Para as mulheres isso significa ter uma referência de apoio. Para os homens, é um alerta de que o machismo não será mais tolerado”, conclui.

Evento

No dia 18, às 14 horas, o Escritório USP Mulheres promove o evento “10 Anos Lei Maria da Penha - Avanços e Desafios na USP”, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Leonardo Mastelini

Acesse no site de origem: [USP Mulheres trata Lei Maria da Penha \(Jornal do Campus, 19/08/2016\)](#)

Assistentes sociais da USP recebem treinamento para acolher vítimas de violência sexual

(Jornal USP, 04/07/2016) *Oficinas foram realizadas pelo Escritório USP Mulheres, com apoio da Rede Não Cala USP, com o objetivo de sensibilizar e capacitar os profissionais*

O Escritório USP Mulheres, com apoio da Rede Não Cala USP, realizou oficinas de treinamento com os assistentes sociais da Universidade com o

objetivo de sensibilizar e capacitar os profissionais no acolhimento de vítimas de violência sexual e de gênero ocorrida no âmbito da vida universitária.

As oficinas foram realizadas nos dias 20 e 27 de junho, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e reuniram cerca de 30 assistentes sociais que atuam na Superintendência de Assistência Social (SAS), em todos os campi.

No dia 20, uma mesa-redonda abordou temas como a violência nas universidades, a desigualdade de gênero, leis e normas para lidar com situações de violência e a ética da não violência.

A discussão contou com a participação da professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Heloísa Buarque; da coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid) do Ministério Público do Estado de São Paulo, Silvia Chakian de Toledo Santos; da professora da Faculdade de Medicina (FM) e responsável pelo Núcleo de Assistência à Vítima de Violência Sexual (Navis), Ivete Boulos; e da assessora do Escritório USP Mulheres, Vera Soares.

Na segunda oficina, que aconteceu no dia 27 de junho, foram realizadas atividades em grupo que incentivaram a troca de experiências, a discussão sobre estratégias de acolhimento das vítimas e de registro do caso.

Os assistentes sociais também receberam orientações sobre o que é considerado crime em eventos universitários, os procedimentos para a realização das denúncias e os canais para se obter mais informações, como a página do Facebook da [Rede Não Cala](#) e o e-mail do Escritório USP Mulheres (uspmulheres@usp.br).

O treinamento foi uma realização conjunta com a Rede Não Cala USP – que reúne aproximadamente 200 professoras e pesquisadoras da Universidade, pelo fim da violência sexual e de gênero – e deverá também ser estendido a outros profissionais que podem se deparar com situações de violência sexual e de gênero em suas rotinas de trabalho, como os que atuam na área de Segurança e nas portarias da USP.

Da Assessoria de Imprensa da USP

Acesse no site de origem: [Assistentes sociais da USP recebem treinamento para acolher vítimas de violência sexual \(Jornal da USP, 04/07/2016\)](#)

USP lança campanha ‘USP Mulheres - Elas podem’ em apoio ao movimento ‘ElesPorElas’

(ONU Brasil, 15/03/2016) Universidade de São Paulo é uma das dez universidades pelo mundo a integrar projeto-piloto da ONU Mulheres que busca promover mudanças em empresas, governos e universidades; saiba como sua instituição pode aderir.

#ElesPorElas A Universidade de São Paulo (USP) lançou a campanha “USP Mulheres - Elas podem”, que aborda os direitos das mulheres e o papel dos homens de apoiá-las. Saiba mais: bit.ly/elesporelas-usp-campanha

Publicado por [ONU Mulheres Brasil](#) em [Terça, 15 de março de 2016](#)

No Dia Internacional da Mulher, a Universidade de São Paulo (USP) lançou a campanha “USP Mulheres - Elas podem”, que aborda os direitos das mulheres e o papel dos homens de apoiá-las.

A campanha, que conta com apoio da Pró-Reitoria de Graduação, foi um trabalho realizado dentro da disciplina de Arte Publicitária por três alunas do curso de Publicidade e Propaganda da Escola de Comunicações e Artes (ECA) - Angélica Souza, Márcia Shimabukuro e Vanessa Rondine - que tiveram suas propostas escolhidas em uma disputa entre nove equipes.

A finalização das peças publicitárias contou com a ajuda da Superintendência de Comunicação Social (SCS), e o projeto teve a coordenação do professor da Escola Heliodoro Teixeira Bastos Filho (Dorinho), que pediu aos estudantes que criassem uma campanha de conscientização sobre os direitos das mulheres para ser utilizada ao longo do ano de 2016.

Slogans como “Elas podem ser o que quiserem” e “Você deve apoiá-las e respeitá-las” estão presentes nos três modelos de mensagens criadas, com o intuito de colocar as mulheres como protagonista e provocar uma mudança de atitude e crenças sociais em relação ao comportamento delas.

“O objetivo da campanha é mais do que empoderamento das mulheres, porque não é dirigida somente a elas. A campanha vai contra o machismo e ideias preconcebidas, dirigindo-se aos homens e à sociedade em geral para que respeitem e apoiem a mulher”, destaca a diretora do Escritório USP Mulher e professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Eva Alterman Blay.

A divulgação será feita em todos os campi da USP, por meio de cartazes fixados nas Unidades de Ensino e Pesquisa da Universidade, em totens e outdoors nas partes externas, e postais que serão entregues à comunidade interna. As peças também estarão no Jornal do Ônibus, produzido pela SPTrans, que será veiculado nas duas linhas circulares da USP, 8012-10 e 8022-10, com itinerário entre a Cidade Universitária e o Metrô Butantã.

A campanha é uma das ações do Escritório USP Mulher, criado pela Universidade para coordenar o trabalho da USP no Impacto 10x10x10, projeto-piloto do movimento ‘ElesPorElas’ (*HeForShe*). Desenvolvido pela ONU Mulheres, o projeto reúne 10 universidades pelo mundo para buscar formas de conquistar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. A USP é a única universidade latino-americana entre as dez selecionadas.

[Acesse no site de origem: USP lança campanha ‘USP Mulheres - Elas podem’ em apoio ao movimento ‘ElesPorElas’ \(ONU Brasil, 15/03/2016\)](#)

USP adere à campanha “HeForShe”

(Jornal do Campus, 02/07/2015) No dia 18 de julho, a reitoria anunciou a participação da USP na campanha mundial “ElesPorElas” [HeForShe], desenvolvido pela UN Women, instituição das Nações Unidas dedicada a projetos na área de igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres e que estabelece o programa “Impact 10x10x10”, que visa atingir 10 países, 10 empresas e 10 universidades, estando a USP entre elas, como única da América Latina. Na USP, uma das principais iniciativas que integrará o projeto da ONU é a criação do Programa “USP Mulheres”, coordenado pela professora da Faculdade de Medicina (FM), Lilia Blima Schraiber.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [USP adere à campanha “HeForShe” \(Jornal do Campus, 02/07/2015\)](#)